

A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Claudio Muniz Viana

Mestre em Ciência da Informação. Arquivista no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: munizviana@fau.ufrj.br

Resumo: Aborda a questão da preservação da informação, envolvendo os discursos presentes na ciência da informação e arquivística, analisando os fundamentos teóricos e conceituais destes campos científicos interdisciplinares, buscando identificar questões relevantes para a preservação da informação. Aponta reflexões teóricas e iniciativas da comunidade arquivística nacional e internacional em torno dos conceitos e especificidades da preservação. Traz como resultados alcançados, no âmbito das práticas arquivísticas executadas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um indicativo da literatura arquivística e da ciência da informação para a implementação de um gerenciamento administrativo de preservação, na qual a seleção de prioridades e a conservação preventiva devem ser um norte a ser seguido pelos arquivistas, conservadores, arquitetos e demais profissionais envolvidos nas atividades de preservação e disseminação da informação arquitetônica.

Palavras-Chave: Preservação da Informação. Documentos Arquivísticos. Função Arquivística.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo origina-se das reflexões teóricas ocorridas em 2011 no decorrer da primeira disciplina no Brasil, em âmbito de Mestrado, em *Preservação da Informação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense*, na qual as questões diretamente ligadas à preservação da informação no discurso da ciência da informação (CI) e arquivística foram intensamente debatidas. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir a relação da preservação da informação no contexto da ciência da informação, de forma a colaborar nas atividades de

conservação preventiva, realizadas nos arquivos de arquitetura do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD-FAU-UFRJ).

Para este fim, baseamo-nos em um estudo exploratório qualitativo, fundamentando-se na utilização de diferentes recursos metodológicos ou técnicas, dentre elas, a revisão de literatura, a observação participante *in loco* e a análise documental, procedimentos estes, que possibilitam um estudo exaustivo e profundo das características essenciais dos fatos e fenômenos, sem desprezar o contexto em que ocorrem (GIL, 2009, p.7).

Neste contexto, a arquivística é analisada como um campo científico:

Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37).

Disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objetivo o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização. (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Neste bojo, situamos a preservação da informação como uma das funções arquivísticas, compreendendo “um conjunto de técnicas e processos administrativos que afetam todas as funções arquivísticas” (CONWAY, 2000, p. 495).

A dimensão do conhecimento e do que-fazer arquivístico passa pela discussão das várias funções ou dos vários momentos de intervenção do arquivista, tais como: a criação, a classificação, a avaliação, a descrição, a difusão, a *preservação* e a transferência/recolhimento (COUTURE, 1999 apud SOUSA, 2003, p.241, grifo nosso).

Dentro de uma linha de pensamento norte-americana, Conway (CONWAY APUD HOLLÓS, 2006, p. 31) ressalta que a preservação é uma atividade de administração e gerenciamento de recursos, compreendendo políticas, procedimentos e processos, que aplicados adequadamente, serão capazes de retardar a deterioração dos materiais e promover o acesso à informação.

O professor Sérgio Albite a define como: “[...] toda a ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes onde estão registradas as informações. Ela abriga sob seu ‘guarda-chuva’ a conservação, a restauração e a conservação preventiva” (SILVA, 1998, p.9).

Ainda de acordo com este autor, os pressupostos e as bases conceituais da preservação não estão plenamente estabelecidos no Brasil, embora considere que houve um desenvolvimento de um conhecimento e um aparato técnico nos últimos anos, voltados ao atendimento das necessidades de intervenções junto a monumentos e documentos. Ele trata a Preservação da Informação de forma verticalizada:

O pressuposto de que a preservação é componente indissociável do fazer e do pensar arquivístico deriva da ideia de que somente é possível classificar, avaliar, organizar, descrever, recuperar, disseminar e *dar acesso à informação arquivística* que esteja registrada e *preservada* em algum suporte material. (SILVA, 2008, p.76, grifo nosso)

Lançado em 2005 pelo Arquivo Nacional, o dicionário de terminologia arquivística também conceitua a preservação (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.135): “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico.”

Mas, como salienta Sérgio Albite (SILVA, 2008), esta definição não segue uma tendência mundial em considerar a preservação da informação dentro de uma ampla política de

planejamento em preservação, que envolva recursos humanos e tecnológicos, voltados para o prolongamento da vida útil da informação contida nos documentos.

Deste modo, entende-se que a preservação da informação torna-se cada vez mais importante para as instituições que custodiam acervos documentais. A responsabilidade pela política de preservação deve ser dividida entre os vários profissionais que atuam nas instituições custodiadoras de acervos documentais. Cabe aqui ressaltar que o arquivista é um profissional apto a participar da coordenação desta política, exercendo um papel central na sua implementação, no entanto, para que isso ocorra, deve aprofundar-se ainda mais no conhecimento da sua própria profissão. Segundo Conway este profissional “pode melhorar a sua capacidade de desenvolver programas de preservação, agindo sobre a essencial relação entre avaliação e estratégias de preservação” (CONWAY, 2000, p. 516).

Hoje, está mais claro que a ação do próprio homem é que causa mais danos aos documentos, por isso a aplicação das técnicas de preservação não deve ser feita de forma amadorística e sim por um profissional capacitado e qualificado para tal tarefa. Também, não devemos ter a ilusão que a implementação de uma política de planejamento de preservação da informação conseguirá salvar todos os documentos deteriorados, muito pelo contrário, vários autores tem defendido a seleção de prioridades pelo arquivista como recurso do gerenciamento de preservação nas instituições (CONWAY, 2000, p. 501; FORDE, 1999, p. 25; ALBRECHT-KUNSZERI, 1999, p.126). Além disso, o direcionamento das ações preventivas em conjuntos documentais, em detrimento daquelas pontuais que tratam *documento a documento* tornam-se cada vez mais importantes para a eficácia em nível de uma política institucional.

Nessa perspectiva, de uma função arquivística, vinculada às questões desse campo científico, bem como às suas relações interdisciplinares, analisar a preservação da informação sob o ponto de vista da CI e da arquivística não dispensa uma análise epistemológica. Como poderíamos afirmar se a preservação é um

tema presente e relevante na CI? Analisando os fundamentos disciplinares das ciências em questão seria um bom começo, favorecendo a identificação de aspectos presentes no processo evolutivo científico, de forma a ajudar a elucidar como se justapõem às questões voltadas para preservar as informações presentes nos documentos específicos de arquivo.

2 ARQUIVÍSTICA, PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ORIGENS E RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES

O período posterior a Segunda Guerra Mundial, coincidentemente, também o período onde a CI começa ficar mais evidente, foi marcado por muitas mudanças na sociedade, envolvendo avanços tecnológicos e surgimento de novos campos científicos. Um problema crucial que a sociedade, a partir daí, passa a preocupar-se foi identificado por Bush (1945): a crescente produção documental, chamada por ele “explosão informacional”. As tentativas da comunidade científica para solucionar este problema informacional suscita o desenvolvimento de novas tecnologias para o armazenamento e recuperação da informação (informação esta, científica e registrada em documentos impressos).

Bush (1945) acreditava que a única forma de lidar com a explosão informacional era uma contrapartida das tecnologias da informação que permitisse o acesso informacional. Nesse bojo a CI surge com um caráter muito pragmático e não epistemológico; característica essa, que traria consequências na sua configuração interna e que afetaria o desenvolvimento de conceitos, teorias e métodos.

Os anos de 1960 foi um período de crescimento acelerado das tecnologias de comunicação e processamento de informação, desenvolvimento de sistemas nacionais de informações governamentais e dos computadores, os quais passariam a ter mais capacidade de processamento e armazenamento de dados. Apesar disso, alguns problemas começaram a ficar notórios com

todo esse aparato tecnológico, entre eles, a capacidade de recuperação de informações relevantes nos sistemas informacionais e questões ligadas ao processo de transferência de conhecimento.

Ademais, o consenso para uma ciência da informação passava pela noção correta do que seria informação, o que levaria os estudiosos dessa área a definir informação e conhecimento como ponto de partida. Pode-se afirmar que até os dias atuais tem-se debatido sobre essas questões. (SHERA; CLEVELAND, 1977).

Segundo Fonseca (2005, p.26), “um dos aspectos mais recorrentes nas análises sobre as características da CI diz respeito às suas relações interdisciplinares.” A autora considera Borko como um dos fundadores do pensamento epistemológico da CI que demonstra essa tendência. De acordo com Borko (1968, p.3):

É uma ciência interdisciplinar que origina-se e relaciona-se com a matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia de computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicações, ciência das bibliotecas, administração e outros campos similares.

Em uma análise contemporânea, Pinheiro (2006) realiza um estudo sobre os fundamentos e o processo histórico de construção científica da CI, esta autora identifica suas fases evolutivas: a primeira, um período de reconhecimento de uma área do saber; em seguida, um período em que predomina a busca por princípios, teorias, metodologias e delimitação epistemológica e; por último, a fase que estende-se até os dias atuais, em que passa a existir algumas consolidações dos princípios, teorias e metodologias, além de uma discussão das relações interdisciplinares. Nesse processo evolutivo percebe-se que os esforços de definição do que é informação deve-se levar em conta não somente a sua natureza como fenômeno cognitivo, mas também como um objeto social assimilado por um ser social: o homem.

De acordo com Capurro (2003) as primeiras abordagens da CI, em relação ao que seria a informação, a postulava como um objeto físico, veiculado através de sinais por um emissor a um receptor – que ele chama de paradigma físico. Era uma abordagem fisicista incorporada das ciências puras, que não levava em conta outros aspectos da sociedade e das relações sociais do homem.

Assim, verifica-se que, em sua gênese, a CI estava ligada intimamente a um imperativo tecnológico e uma interdisciplinaridade com influência direta na produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação e uso da informação. A recuperação da informação era uma necessidade premente para aquela sociedade e a informação e o conhecimento passam a ter um valor estratégico. Mudanças começaram a ocorrer na CI a partir desse diálogo com a recuperação informacional e resultaria numa potencialização da indústria informacional.

Nesta perspectiva, a CI desenvolveu-se a partir da década de 1950 ligada diretamente ao tratamento de problemas informacionais. Não exerceu essa atividade sozinha; não exerceu um monopólio, visto que outros campos também se debruçaram no desvendamento das questões centrais que envolviam a informação. Nesse percurso, a informação que inicialmente era considerada apenas na área de ciência e tecnologia, segue outros rumos, transforma-se em produto e serviços de valor estratégico, adquirindo um papel crítico para a sociedade. A interdisciplinaridade, que pode ser considerada um dos alicerces do surgimento da CI, adquire um papel mais importante. Evidentemente, ao estudar a informação – um objeto de pesquisa tão amplo que atravessa fronteiras de outros campos e disciplinas, trazendo problemas e questões conflitantes consigo – a CI não poderia abrir mão de buscar soluções externas a sua área. A interdisciplinaridade, contudo, trouxe também uma invasão de conceitos e teorias que a estão fazendo mudar, alargando seu espectro de atuação.

Dentre as propostas de conceituação da CI, presentes na literatura, algumas são mais preponderantes, a saber: uma ciência proveniente da biblioteconomia; uma ciência pura e aplicada; uma disciplina; uma disciplina propósito orientada; uma disciplina prática e tecnológica; uma disciplina científica e social; uma nova ciência e; uma disciplina científica interdisciplinar (SILVA, 1999).

Apesar de um grande avanço conceitual, Pinheiro e Loureiro apontam fragilidades presentes até hoje na CI:

Tem sido assinalada a ausência, na área, de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear o seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da ciência da informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam. A falta de estudos nessa linha e, mesmo, a presença incipiente de teóricos, mantém a ciência da informação em um estado de fragilidade teórico-conceitual. (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 3).

É intrigante analisar essa evolução da CI que, embora tenha arraigado um caráter interdisciplinar e tratar de um objeto comum a outros campos do conhecimento – a informação, questões ligadas à preservação do seu objeto não são apontadas com frequência. Para Armando Malheiro da Silva:

Na ótica da ciência da informação, preservação implica três planos distintos: a conservação e o restauro do suporte, sendo este plano dominado pelo contributo de ciências naturais com suas técnicas e procedimentos testados e padronizados, gerando-se potenciais estratégias interdisciplinares; a adoção de medidas de gestão (políticas públicas) através de legislação e de organismos regulamentadores e fiscalizadores; e a intencionalidade orgânica de preservar para usar face a necessidades e imperativos orgânico-funcionais vários. Só este terceiro plano entra no objeto de estudo próprio ou exclusivo da ciência da

informação e liga-se a outros tópicos fundamentais como a memória orgânica, a organicidade e o sistema de informação. (SILVA, 2006, p. 159 apud SILVA, 2008, p. 104).

Podemos observar que nos fundamentos da CI há um indicio das questões de preservação quando Suzanne Briet, documentalista francesa, define a documentação: “Qualquer sinal concreto ou simbólico *preservado* ou registrado para o propósito de representar, construir, ou de comprovar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, grifo nosso apud SHERA; CLEVELAND, 1977, p.251).

Por outro lado, analisando também onde os documentos arquivísticos são preservados, ou seja, em arquivos, como sinônimo de instituições culturais e informacionais, destaca-se na CI as informações que eles podem conter. Le Coadic (2004), por exemplo, afirma que sob o efeito das transformações tecnológicas, culturais e econômicas, ocorridas a partir da Revolução Industrial até o período de pós-Segunda Guerra Mundial, provocaram uma mudança epistemológica: o objeto da CI não é mais a biblioteca e o livro, o centro de documentação e o documento, o museu e o objeto (artefato), mas a informação.

Ainda, sobre estas instituições culturais, Le Coadic conclui:

[...] Bibliotecas, centros de documentação, museus e instituições culturais, em geral, não podem mais ser apenas depósitos de livros, documentos, objetos e artefatos. Esses organismos tornaram-se depósitos de conhecimento sobre um assunto, um objeto, de respostas às questões, isto é, entrepostos de informações. (LE COADIC, 2004, p.18).

Fonseca (2005) em um trabalho investigativo, bastante enriquecedor, tenta trazer a arquivística para o cenário das discussões no âmbito da CI. Levantando questões próprias da informação arquivística, analisada sob o ponto de vista de um objeto compartilhado tanto pela arquivística como pela CI, observando mudanças do campo informacional.

A autora identifica na literatura arquivística que a informação, como um dos objetos da Arquivologia, não estaria presente nas reflexões dos teóricos desse campo disciplinar, seja no âmbito nacional seja no âmbito internacional. Alguns pontos cruciais, referentes às tentativas de conceituação da CI, são sublinhados, principalmente no que diz respeito a:

Certa noção de informação científica e tecnológica que parece excluir a informação produzida pelo aparelho burocrático que movimentava o campo de pesquisa e do desenvolvimento e que está registrada em relatórios, notas, correspondências etc., enfim, em fontes arquivísticas. (FONSECA, 2005, p. 14).

Até o final dos anos de 1980 os objetos privilegiados na arquivologia eram os arquivos, as instituições arquivísticas e os próprios arquivistas; a informação ocupava apenas o papel de “consequência do documento de arquivo”. As origens da arquivística é marcada por forte influência das práticas profissionais de guarda e preservação dos documentos de arquivo, em geral, públicos. O objeto era esse documento “artefato”, que nascia *naturalmente* nas organizações públicas. No entanto, segundo Fonseca (2005), verifica-se que há uma tendência de mudança de rumo entre a relação da CI e a arquivística. O processo de produção de conhecimento arquivístico ligado às pesquisas dos programas de pós-graduação em CI está direcionando a arquivística e a CI a uma confluência de objetos de interesse, na qual a relação interdisciplinar é sublinhada, fazendo com que a informação arquivística seja de interesse de ambas as disciplinas.

Fonseca (2005) apresenta um estudo *Ramp*, elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos como proposta de identificar os manuais e livros mais importantes da área. O objetivo desse estudo seria criar um conjunto referencial da teoria arquivística internacional, no entanto, tornou ainda mais clara a tradição manualística da área e trouxe alguns dados importantes para

presente discussão: não consta o tema *preservação da informação*, embora conste conservação e restauração, juntamente com edifícios e equipamentos, segurança, climas tropicais em cerca de 11,8%.

Outro autor que tem defendido um redimensionamento da arquivística perante a “avalanche informacional”, surgida em meados do século XX, é o arquivista Terry Cook. Em uma conferência, realizada pela Sociedade dos Arquivistas Australianos, defende que a postura dos arquivistas em face da modernidade deve ser alterada. Aquela visão do profissional que protege o patrimônio cultural ou que espera passivamente o final do ciclo documental para os documentos serem incorporados ao arquivo permanente está em declínio. A postura deve ser em direção a uma participação na formulação de uma política agressiva na vanguarda da tecnologia e mudança organizacional. Os arquivistas tradicionais preferiam gerenciar relíquias, e talvez, seriam até mesmo eles próprios relíquias de uma profissão que está adaptando-se dinamicamente a era da informação (COOK, 2000).

Essa nova dimensão apresentada por Cook nos direciona a uma síntese feita por Fonseca (2005) ao descrever mudanças emergentes da arquivística em um mundo pós-moderno, na qual os arquivistas de hoje estariam tentando preservar os documentos como evidências autênticas e confiáveis de atos e transações, e que a proveniência estaria sendo ampliada a funções e processos na criação dos documentos, deixando para trás a tradicional visão do documento em um lugar único e fixo:

O primeiro compromisso dos arquivistas era com a proteção da proveniência, *preservando uma ordem original*[...]. Hoje os arquivistas estão tentando manter essas características garantindo que os documentos sejam criados de acordo com padrões aceitáveis de evidência e, além disso, que todos os atos e ideias importantes sejam devidamente documentados [...]. (FONSECA, 2005, p. 62).

Ao lado da função de preservação da informação em arquivística devemos observar outra função, de tamanha importância: a avaliação e seleção de documentos, na qual o arquivista estará destinando a preservação “permanente” alguns documentos que possuem valores para fins administrativos, legais e fiscais ou de interesses de ordem cultural, histórica ou informativa, e o sentenciamento de outros à eliminação sumária. Para Jardim (1995, p.7) “não raro, a avaliação de documentos é visualizada na literatura como um mal necessário à preservação da memória”. Ele entende a avaliação como um recurso eficaz e legítimo para escolha dos documentos de valor histórico passíveis de integrar os documentos de guarda permanente.

A questão apontada por Jardim (1995, p.7), como crucial para a preservação da informação é o fato que no Brasil – devido à falta de recursos, desconhecimento de critérios de avaliação e seleção de documentos e à falta de implementação de políticas públicas arquivísticas –, em grande parte, no último século, a documentação conservada como guarda permanente não chegou a esse *status* através de um processo de seleção e avaliação e sim por uma constituição de patrimônio arquivístico através de uma sacralização e arqueologização. “Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social e não como dado arqueologizável”. (JARDIM, 1995 p.8)

Vale lembrar que as instituições públicas brasileiras incorporaram tardiamente os preceitos estabelecidos pela Gestão de Documentos advindas do termo americano “*Record Management*”, que em seu cerne estava a eficácia e eficiência administrativa no mecanismo burocrático público. Embora, a sua implantação, a partir da década de 1980, ter trazido mudanças consideráveis para o campo arquivístico brasileiro, para alguns autores o arquivista continuaria a selecionar os documentos que compõe o “patrimônio” da nação no sentido de uma herança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado por Fonseca (2005) trouxe à tona questões elucidativas em relação à presença ou não de discursos arquivísticos no interior da CI.

Em sentido antagônico, identificamos dois discursos dominantes: o primeiro, na CI, agregando apenas a informação científica e tecnológica como seu objeto de estudo; o segundo, na arquivística, um discurso pós-moderno, o qual vincula a informação orgânica e o contexto como seu objeto de interesse. No entanto, alguns aspectos importantes identificados por Fonseca (2005), a partir de dados empíricos de produção de teses e dissertações que tivessem o tema predominante em arquivos, arquivística e arquivologia possibilitam a dedução de haver um movimento de inclusão das questões arquivísticas nos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil, de forma a pressionar um estabelecimento de um novo *locus* acadêmico da arquivística, bem como a reformulação dos seus limites interdisciplinares com a CI. Há uma reafirmação de novas pautas em direção a um redimensionamento da disciplina arquivística, como campo do saber independente, redefinindo seus objetos, entidades, objetivos, metodologias e técnicas, buscando plasmar-se em generalizações científicas (FONSECA, 2005).

Podemos indicar que grande parte das preocupações da CI referentes à informação estavam relacionadas à disseminação e recuperação da informação. O que poderíamos considerar como uma ligação com a preservação da informação é o uso da microfilmagem que iniciou-se na primeira metade do século XX.

Alguns autores da CI acreditam que até hoje alguns profissionais do campo informacional estariam comportando-se apenas como “conservadores”, mas em um sentido de apenas “acumuladores” de documentos patrimoniais:

O que caracteriza as quatro disciplinas que atuaram, até hoje, no campo da informação – a biblioteconomia, a museologia, a documentação e o jornalismo – é que todas

atribuíam um interesse particularmente grande aos suportes e não à própria informação. O livro na biblioteca e o objeto no museu foram durante muito tempo recolhidos, armazenados e preservados por um *conservador*, com o fim único da *preservação patrimonial*. Documentalistas e jornalistas alardearam as mais elevadas intenções com a informação (ao mesmo tempo em que davam também grande atenção ao documento e às mídias[...]. (LE COADIC, 2004, p. 12).

Acreditamos que a CI está em ampla evolução epistemológica, buscando consolidar suas teorias, conceitos, objetos e métodos, e isso pode ter dificultado, ou pelo menos, tornado camuflada a questão da preservação da informação nos seus discursos. Ratificamos que questões relacionadas à preservação informacional deveriam ser prioritárias para qualquer campo que lide com a informação. Preservar permanentemente um documento é uma impossibilidade, devido à degradação que toda matéria está sujeita, mas a implementação de um planejamento arquivístico que observe os princípios da preservação da informação e conservação preventiva pode retardar a deterioração dos documentos.

Acredita-se que a partir da emergência de novas pautas conjuntas, advindas desse novo *locus* de produção de conhecimento entre a arquivística e a CI, possa brotar interesses interdisciplinares que agreguem questões sobre a preservação da informação. Nesse sentido, a interdisciplinaridade aqui é definida como a “intensidade das trocas entre os especialistas” (JAPIASSÚ, 1976, p.74), caracterizada pelo grau de integração das disciplinas, havendo uma incorporação conceitual-metodológica.

No âmbito das práticas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU/UFRJ, podemos observar que a literatura aponta para uma implementação de um gerenciamento administrativo de preservação, na qual a seleção de prioridades e conservação preventiva devem ser um norte a ser seguido pelos arquivistas, restauradores e arquitetos, envolvidos na organização

e disseminação das informações contidas nos documentos arquitetônicos.

Em se tratando de documentos com características tão singulares: formatos, símbolos, linguagens, técnicas de inscrição, dimensões e suportes dos mais variados, os quais exigem ambientes adequados e acondicionamentos especiais para a devida conservação, podemos considerar que a literatura nos sugere como recurso para garantir a conservação e acesso às informações, o uso de técnicas de preservação que atendam aos grandes conjuntos documentais arquitetônicos, em detrimento de tratamentos unitários, ou seja, devemos agir ativamente para que os documentos de arquitetura não cheguem ao ponto de necessitarem de ações corretivas pontuais, as quais são tão onerosas para as instituições arquivísticas. Enfim, que pese as várias interpretações sobre um objeto compartilhado por campos do conhecimento dos mais variados, não tivemos a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema de preservação da informação, apenas objetivamos trazer mais uma contribuição para um assunto de suma importância para o desenvolvimento do campo informacional.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT-KUNSZERI, Gabriella. Setting up a preservation policy for archives in Hungary: first steps. **Proceedings of the International Conferences of the Round Table on Archives XXXIV CITRA**.

Budapeste: ICA, 1999. p. 121-126. Disponível em:

<<http://old.ica.org/citra/citra.budapest.1999.eng/kunszeri.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas, 51)

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic Magazine**, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1969/12/as-we-may-think/3881/>> Acesso em: 20 jan. 2011.

CAMARGO, A. M. D. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142p.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 5. **Anais...** Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2003. 19p.

CONWAY, Paul. Archival preservation practice in a nationwide context. In: JIMERSON, Randall C. **American archival studies: readings in theory and practice**. Chicago: The society of American archivist, 2000. p. 494-518.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. 121p.

FORDE, Helen. Preservation as a strategic function and an integrated component of archives management; Or can we cope without it? **Proceedings of the International Conferences of the Round Table on Archives XXXIV CITRA** – Budapeste: ICA, 1999. p. 21-29.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso: fundamentação científica - subsídios para coleta e análise de dados – como redigir o relatório**. São Paulo: Atlas, 2009. 148p.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social)— Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 2, 1995.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p.42-53, jan./abr. 1995.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v.1, n.1, 2006.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of Information Science. **ARIST - Annual Review of Information Science and Technology**, Washington, v.12, p. 249-275, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da. A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico. Porto: Afrontamento, 2006. In: SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SILVA, J. G. Ciência da Informação: uma ciência do paradigma emergente. In: PINHEIRO, Lena Vania. **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: IBICT, 1999. 182p.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SOUSA, Renato Tarciso B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite.

(Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

THE ARCHIVAL FUNCTION OF INFORMATION PRESERVATION AND ITS INTERDISCIPLINARY RELATION IN INFORMATION SCIENCE

Abstract: It addresses the issue of the information preservation, involving the statements present in information science and archival science, analyzing the conceptual and theoretical foundations of these interdisciplinary scientific fields, seeking to identify relevant issues to preservation of information. It indicates to theoretical reflections and initiatives taken by the national and international archival community related to concepts and particularities of preservation. It brings as obtained results, in the scope of the archival practices performed at the Architecture and Urbanism College of the Rio de Janeiro Federal University, an indicator of the archival science literature and information science for implementing an information preservation administrative management, in which the priorities selection and preventive conservation must be a direction to be followed by archivists, conservators, architects e and other professionals involved in the activities of preservation and dissemination of architectural information.

Keywords: Information Preservation. Records. Archival Function.

Originals recebidos em: 23/01/2014

Aceito para publicação em: 12/03/2014

Publicado em: 21/03/2014